

Confluências e trajetos de resistência da Comunidade Quilombola Sumidouro (PI) na era da transição energética¹

Isadora Fortes do Espírito Santo (PPGAS/DAN/UnB)

RESUMO

Neste artigo investigo sobre transformações geradas por grandes empreendimentos de energia eólica na Comunidade Quilombola Sumidouro, situada em Queimada Nova/ Piauí, o município brasileiro que abriga o maior complexo eólico em operação na América do Sul (o complexo eólico Lagoa dos Ventos). Empreendimentos de tal natureza são uma resposta às novas tendências mundiais de políticas e planos de transição energética, que buscam reduzir os efeitos das mudanças climáticas por meio de investimentos em fontes de energia mais sustentáveis. Contudo, é desafiador realizar essa transição de maneira justa e democrática, respeitando as populações tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esse desafio é compartilhado pela CRQ Sumidouro, que desde 2018 enfrenta transformações e conflitos relacionados à garantia de direitos e à proteção de seu território tradicional frente às intervenções de quatro empresas de energia. Estas acabam apresentando riscos à manutenção do direito ao território tradicional, e geram desafios que evidenciam a forte lógica hegemônica que prioriza a terra como mercadoria em detrimento da terra/ território. Nesse sentido, a pesquisa centraliza-se nas confluências (Santos, 2023) e percursos de articulação política da comunidade na defesa e garantia dos direitos territoriais, ressaltando os processos de formação e fortalecimento das redes de articulação quilombola da região: causa e também efeito da agência quilombola diante as negociações entre a comunidade, o estado e as empresas que intervieram em território sertanejo, campesino e quilombola.

Palavras Chave: Transição energética, direitos quilombolas, resistência.

Considerações iniciais

Estamos diante de um novo mundo, aquele que se viu dentro de uma crise climática e experienciando catástrofes ambientais nos quatro cantos do globo. Em um recente estudo² realizado em parceria entre a Universidade de Oxford e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi mostrado que 76% da população brasileira se preocupa com os

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano:2024).

² Fonte:<https://brasil.un.org/pt-br/272112-maioria-dos-brasileiros-diz-estar-preocupada-com-efeitos-da-mudan%C3%A7a-global-do-clima-na> <https://peoplesclimate.vote/> acesso 7 julho 2024

efeitos desta crise, especialmente sobre a próxima geração. O contexto climático e suas emergências evocou um esforço internacional e nacional (dos estados, organizações nos seus diversos setores e instituições) em destacar a situação de urgência ambiental que vivemos e em mobilizar novos esforços, políticas e mudanças no campo socioambiental e econômico. Estruturado em diversos pilares, a pauta de redução dos impactos das mudanças climáticas no Brasil ganha força e, dentre seus fundamentos, está a transição energética, onde é posto que precisamos transacionar nossa forma de produzir energia para energias mais “limpas, verdes ou sustentáveis”, reduzindo a exploração dos combustíveis fósseis. Nesse contexto, a produção de energia eólica e solar é dada como uma solução para continuar abastecendo o mercado e as populações. Nessa situação, além de analisar os “impactos energéticos” (empreendimentos, estruturas, instalação e operações, impactos ambientais, áreas que serão afetadas ou interferidas pelo empreendimento, etc.), também devemos dedicar nossos esforços em garantir os direitos e aprender com populações que vivem em outras dinâmicas com seu espaço e território, engajadas a partir de outras cosmovisões.

Me refiro aos territórios quilombolas e tradicionais, pois estes se tecem e se reconhecem a partir da biointeração com seus territórios e com a natureza. Esse termo “biointeratividade” foi cunhado por Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos), e se refere a uma forte relação de compartilhamento e confluência entre as comunidades quilombolas e seus territórios. Ao falar de biointeratividade, o autor se refere a uma interação que não parte de uma apropriação destrutiva de recursos. O professor José Jorge Carvalho, ao apresentar a obra “Colonização e Quilombos: Modos e significações” comenta sobre a biointeração e confluência.

Em torno da ideia de biointeração, Bispo desenvolve dois pares de conceitos especialmente notáveis pela sua potência filosófica: a diferença entre a reedição dos processos da natureza, que define a prática escolhida pelos povos tradicionais, e a de reciclagem, alternativa menos ruim que resta para os que seguem o modelo insustentável do consumo capitalista ilimitado. Complementar a essa diferença ele coloca outra: a confluência que rege o convívio regenerador dos elementos da natureza, em oposição à transfluência, pela qual se mistura, de um modo destrutivo, aquilo que não se ajunta e que não pode regenerar. (Santos, 2015, p. 14).

A biointeração é um conceito proposta de contracolonização da ideia de desenvolvimento sustentável, e a lógica posta por Antônio Bispo através desse conceito contesta o modelo de desenvolvimento econômico fomentado no Brasil e na América latina. Com os princípios de utilizar, reeditar e extrair, através de práticas coletivas em comunidade, o território e a terra extrapolam a noção hegemônica de terra-mercadoria e se reconhecem através de uma multidimensionalidade de significados e potências. Pensando pela

materialidade e pela experiência que foi vivida em substituição “às tradicionais categorias analíticas abstratas” (Santos, 2015, p. 112), o poeta e pensador quilombola e piauiense destaca a ideia da biointeratividade buscando indicar uma relação mais próxima, integrada, respeitosa e cuidadosa entre humanos, não humanos, outros humanos e mais-que-humanos, que decorre de uma prática ancestral e cotidiana dentro de sua comunidade quilombola (Nabuco da Fonseca, Fortes do Espírito Santo, 2024, p. 152).

Esses territórios e suas populações, como já escrito antes pelos grandes pensadores Antônio Bispo dos Santos e Ailton Krenak, são guias para uma mais ampla reflexão acerca de questões como cosmofofia, hábitos de consumo e em toda nossa inter relação entre humanos com a natureza e os impactos que causamos. E diante tantas mudanças, precisamos também incluir e centralizar a pauta da justiça climática (e o impacto em territórios quilombolas e tradicionais), para atentar em como a transição energética será (e já está sendo) realizada no Brasil.

Nessa observação, notamos as dinâmicas que se sobressaltam da ligação entre os interesses privados às novas e velhas justificativas e normas jurídicas e administrativas do Estado (Bronz, 2013, p.40). Juntos, esses elementos redesenham “as relações entre poder e espaço geográfico o e funda uma geopolítica motivada pelo raciocínio da empresa e justificada nos discursos ideológicos da vocação para e dos benefícios do desenvolvimento econômico.” (Bronz, 2013, p.40).

À medida que os empreendimentos eólicos transformam os territórios e as geopolíticas das comunidades quilombolas do Piauí, emergem novas formas de articulação política. Estas surgem e se unem às formas ancestrais, e se elaboram em associações políticas e sociais voltadas à ameaças por empreendimentos dessa natureza. Neste artigo, discutimos sobre parte da experiência da Comunidade Negra Rural Quilombola Sumidouro (Piauí), tendo em vista as transformações e conflitos em seu território. Localizada no semiárido do estado do Piauí, a comunidade fica próxima a cidade de Queimada Nova, onde megaempreendimentos de energia eólica e solar se instalam e constroem grandes parques de energia. Diante disso a Comunidade remanescente de Quilombo (CRQ) Sumidouro vive alterações significativas em seu território, e tem desde sua origem uma história marcada por muitas disputas de poder na luta contra a exploração de seu povo e também de suas águas, pedras e terras.

Fundada em 1861, a Comunidade Quilombola Sumidouro agora se relaciona com intervenções de quatro empresas de energia, cuja permanência implicou na construção e

instalação de estradas, aerogeradores e linhas de transmissão dentro ou próximo do território da CRQ (Comunidade Rural Quilombola). Como consequência, desde 2018, intensificaram-se tanto os impactos do empreendimento quanto a movimentação de uma rede de articulação quilombola local, devido a transformações e conflitos relacionados à garantia de direitos e proteção de seu território tradicional.

A partir desse contexto, esta pesquisa se estrutura, consistindo em uma investigação antropológica desses percursos de transformações, partindo de campos etnográficos e de uma série de outros estudos já produzidos nos campos da antropologia, direito e história. Este artigo tem como objetivo a construção de uma análise antropológica acerca dos processos de construção e fortalecimento das redes de articulação quilombola da região e da Comunidade Quilombola Sumidouro, evidenciando como ela se movimentou estrategicamente e se interligou, estendendo-se em nível local, estadual e nacional. A rede é causa e efeito da agência quilombola diante das negociações entre a CRQ e as empresas que intervieram no território.

Desde 2019, venho trabalhando e pesquisando sobre a temática abordada, que emergiu a partir das experiências e aprendizados proporcionados pelos moradores da comunidade e do tempo que vivi no território. Foram realizados 3 meses de campo etnográfico (durante 2020, antes da pandemia de Covid-19, e em 2022), em parceria com as famílias que moram no “Sumidouro”. Durante esse tempo, além da observação participante, foram realizadas entrevistas com moradores, captação de materiais em audiovisual (fotos, vídeos, áudios) e encontros com lideranças do Sumidouro, como Seu Cecé e Nilson José dos Santos, além de outros participantes ativos da rede de articulação quilombola da região.

Ainda, a análise antropológica da articulação comunitária quilombola diante do encontro com diversos empreendimentos e suas estruturas se organiza neste ensaio em três seções. A primeira é uma introdução ao contexto dos empreendimentos eólicos no Piauí e seu entrelaçamento com comunidades quilombolas e tradicionais. A segunda parte disserta sobre quilombos, território e sobre a formação e conceituação da “rede de articulação quilombola”, situada a partir da CRQ Sumidouro. A terceira seção do artigo contém um breve resumo da atuação da rede de articulação quilombola, integrada ao histórico singular de conflitos territoriais e ameaças de exploração de recursos naturais da CRQ. Por fim, seguem algumas considerações finais.

1. Desenvolvimento, Transição energética, Piauí e Territórios Tradicionais

No contexto nacional, o estado do Piauí é o terceiro maior gerador de energia eólica do Brasil. O estado foi destaque na geração de energia eólica entre 2021 e 2022, tendo atualmente 108 parques eólicos (entre os 1.039 parques que existem no Brasil) e mais de 1.246 torres aerogeradoras instaladas. Localizado no nordeste brasileiro, uma das melhores regiões do mundo para produção eólica, o Piauí passou a “investir mais” na produção de energia sustentável em 2009, quando, na gestão do governador Wellington Dias, foi inaugurada a primeira usina eólica do Piauí, o Parque Eólico Pedra do Sal (Parnaíba-PI).

Atualmente, o Piauí abriga o maior parque eólico em operação da América Latina — o Complexo Lagoa dos Ventos, que se instala e opera sobre os municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Dom Inocêncio e Queimada Nova. Esta é a cidade em que se localiza a Comunidade Quilombola Sumidouro, que é o local de partida reflexiva dessa pesquisa. Acerca do crescimento do segmento eólico no estado, no ano passado (2023), o governo do estado do Piauí compartilhou em seu site oficial que

“Atualmente, neste segmento, o estado tem 50 empreendimentos de energia solar em operação, estão em fase de construção 27 empreendimentos e ainda por construir (ainda não iniciado) um total de 337 empreendimentos. Já na geração distribuída, que são as micro e mini usinas, o Piauí conta com 36.419 micro e mini usinas em 220 municípios do estado, somando total de 365,74 MW em operação. (SOUSA, 2023)³.

É visto que o desenvolvimento implica em muitas transformações dadas pelos encontros entre insiders e outsiders, que se inserem nas relações e se localizam em diferentes posições de poder (Ribeiro, 2008). Quando um empreendimento se instala e opera em certa localidade, pensamos e debatemos poder, pois como destacado pelo Professor Doutor Gustavo Lins Ribeiro, baseado na noção de poder estrutural de Eric wolf,

a. Poder, assim, refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados”. (Ribeiro, 2008, p. 110)

Dentro desse campo de disputa, se torna mais importante ainda abordar o estudo das práticas das comunidades quilombolas e dos povos tradicionais em interação com empreendimentos. E essas interações reformulam as relações de poder entre estado, empresas,

³ Piauí é 3º do Brasil na produção de energias renováveis. Site da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, publicado em 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/radio/noticias-radio/piaui-e-3deg-do-brasil-na-producao-de-energias-renovaveis>. Acesso em: 09 jul. 2024.

comunidades e territórios, ainda mais estando diante de diversas práticas empresariais que reproduzem os mesmos antigos modelos empresariais capitalistas, mas produzem discursos arrojados que estão integrados com o ethos que o capitalismo já incorporou em seu “novo espírito”: a retórica da responsabilidade social e da sustentabilidade (Bronz, 2013, p. 39)

Reconhecemos que apesar dos benefícios ambientais associados a essas fontes de energia, sua implementação não está isenta de consequências negativas, especialmente ao adentrar em territórios quilombolas e outras comunidades tradicionais. Esses impactos podem se manifestar de diversas formas, desde a alteração do ambiente natural e a perturbação dos ecossistemas locais até mudanças sociais, econômicas e culturais, como a perda de território, epistemicídio, descaracterização ou reestruturação de práticas e tradições ancestrais, etc. Ao passo em que o lado contraditório das políticas energéticas emergem, se intensifica também o acirramento das desigualdades sociais e econômicas, ainda mais entre grupos já vulnerabilizados.

A razão disso é complexa, já que o que estamos abordando aqui é que continuamente o projeto hegemônico de reestruturação das matrizes energéticas do Brasil entra em choque com os “projetos de lugares” ou de resistência. Parry Scoot comenta sobre esse conceito de projeto, que foi cunhado por Arturo Escobar (2008). Para ele o autor,

ao discutir projetos de desenvolvimento, encontra importantes projetos de lugares que se contrapõem aos projetos de desenvolvimento. Estes lugares não são nem isolados, nem menos globais que os projetos de desenvolvimento, mas nos fluxos e circulação de ideias e recursos que os sustentam, conseguem-se elaborar como projetos alternativos, ou projetos de resistência.” (SCOTT, 2013, p. 27)

Tais projetos de resistência se mobilizam através de uma rede de pessoas que se mobilizam para garantir seus direitos, e que atuam também na valorização das tecnologias tradicionais produzidas nos seus territórios. No caso dos quilombos, os projetos de resistência em comum podem gerar a construção de redes de articulação quilombola, que também buscam a transformação dos sistemas estatais e jurídicos. Desde quando essas relações entre projetos de desenvolvimento e quilombos começaram a ser tecidas em território nacional, a narrativa é de invasão e desrespeito, mas de luta e resistência do movimento social. Ao se elaborar sobre essa narrativa, observamos abertamente o fenômeno da necropolítica. Lucas Araújo Pereira (2020) pontua na tese sobre “Necropolítica do Desenvolvimento e Territorialidade Quilombola: a experiência de Contente e Barro Vermelho (PI)”:

A necropolítica enquanto categoria que apreende a soberania não mais como uma razão emancipadora, mas como a capacidade do Estado de decidir quem vai morrer e quem vai viver a partir de políticas que revelam uma continuidade colonial centrada na apropriação dos territórios negros como mola propulsora do seu desenvolvimento econômico, e portanto, de uma biopolítica que engendra mecanismos que levam estas populações a serem inscritas no “signo da morte” (CARNEIRO, 2005) ou a “condições de vida muito próximas do estatuto de mortos-vivos” (MBEMBE, 2017). (Pereira, 2020, p. 125)

E essa política se encontra com a promessa do desenvolvimento nacional voltada para o semiárido, uma região historicamente considerada pobre. Nas últimas décadas, essa promessa foi se tornando viva e materializada através da implementação de grandes projetos, como a transposição de rios (São Francisco), construção de hidrelétricas, barragens (Itaparica), mineração, agronegócio, pesca predatória, parques solares e parques eólicos. Junto dessas intervenções, surgem situações de conflito e denúncias que não cessam acerca dos impactos nos modos de vida e na qualidade de vida das pessoas que habitam as localidades afetadas pelos empreendimentos. As mobilizações e negociações feitas pelos quilombos representam uma resposta às interações com os empreendimentos, diante de uma nova geopolítica que emerge com novas ocupações em locais já habitados por populações tradicionais, como foi o caso da CRQ Sumidouro.

2. Quilombo: território, redes de articulações quilombolas e conflitos no campo do direito

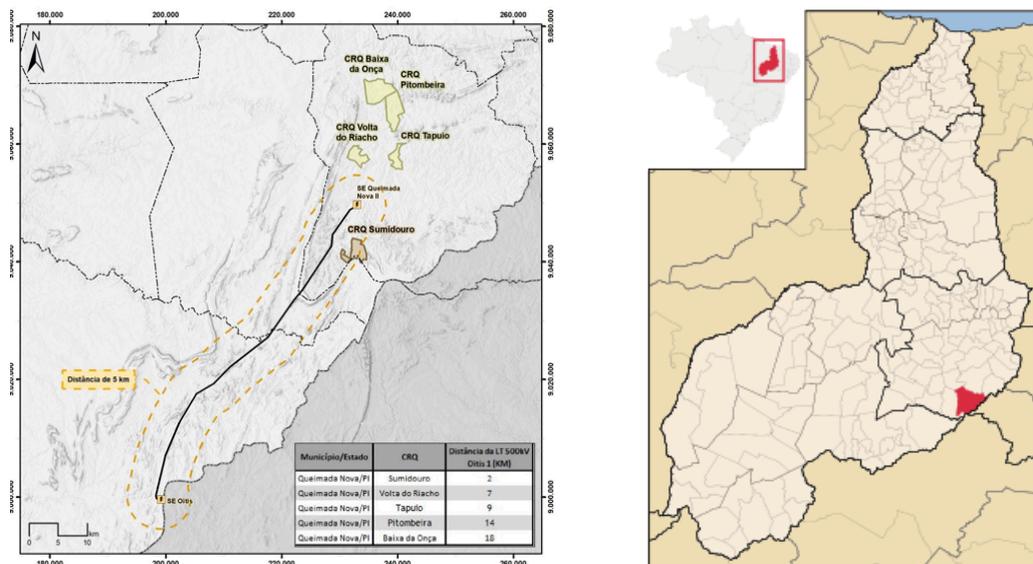
Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz para gente não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. Beatriz Nascimento (1989), “Eu Sou Atlântica”

Para além de um território tradicional, os quilombos (ou “terras de preto”, “terras de santo”, “mocambos”) são grupos étnicos constituídos a partir da resistência e mobilização negra ao longo do tempo, evocando uma memória coletiva enraizada na ancestralidade negra (Souza, 2018) e carregados de uma dimensão secular de resistência que contrapõe a lógica escravocrata. O termo referente aos remanescentes das comunidades quilombolas diz respeito a um processo cultural e material com o território que confere uma identidade específica a esses grupos, além de representar um legado cultural e material que constitui uma referência

fundamental no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (Aba, 1994). Desta forma, a condição de remanescente de quilombo também é colocada de forma a englobar uma profunda e enraizada relação entre identidade e território (Schmitt et al., 2002), numa também profunda biointeratividade (Santos, 2019).

Como mencionado nas seções anteriores, a Comunidade Quilombola Sumidouro está localizada próxima ao município de Queimada Nova, PI, a cerca de 12 km do centro da cidade, situando-se na 15ª microrregião do Alto Médio Canindé. O território está inserido na caatinga, caracterizado pela presença de angicais, jatobás, umbuzeiros, pés de imburana, palmas, juremas, pau d'arco, xique-xiques, juremas pretas e catingueiras. Apesar da riqueza e diversidade, a paisagem é predominantemente conhecida pelos seus grandes e antigos cactos, que frequentemente ocupam veredas inteiras e compõem a paisagem local.

Figura 1 (à direita) - Zoom de mapa que situa a comunidade Sumidouro e as comunidades quilombolas vizinhas. Figura 2 (à esquerda) - Localização do município de Queimada Nova no Piauí.



Fonte (à esquerda): Estudo do componente quilombola- ECQ da LT 500 KV OITIS 1, realizado pela Ecology Brasil para a Neoenergia (2020, p. 13, Fonte (à direita): Figura 2-1).Wikipedia.

O território está em um bioma composto por solos rochosos e argilosos, que dão vida à vegetação local, a comunidade possui mais de 930 hectares para a vivência de aproximadamente 130 pessoas, distribuídas entre 35 famílias. Dentro do território, as casas e outros locais se interligam através de cerca de 11 estradas (ou carreiros). Segundo a tradição

oral dos mais velhos pertencentes à comunidade, ela existe desde 1861, quando uma família de escravizados fugiu das “terras de branco” e se escondeu “nas pedras que tinham água”. A partir desse momento, passaram a viver ali e aos poucos proporcionaram moradia para outras famílias que se agregaram.

O quilombo foi fundado por Seu Mané e seu filho, Valentim dos Santos, que foi casado com Dona Catarina dos Santos e teve três filhos: Alberto Manoel dos Anjos, Maria Madalena e Raimundo Valentim. Eles deram continuidade à vida na comunidade e lutaram pelos direitos da CRQ. A antiga sede da associação de moradores do quilombo carrega o nome de “Raimundo Valentim”, perpetuando na memória material e imaterial o legado dos fundadores.

Algo que mudou profundamente a história da comunidade foram as conexões e compartilhamentos entre as lideranças outros de quilombos, especialmente com o Quilombo Tapuio. Nesse sentido, as irmãs Maria Rosalina⁴ dos Santos e Osvaldina Rosalina dos Santos, através de suas mobilizações políticas, também em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), auxiliaram a comunidade a se reconhecer, valorizando sua história e cultura enquanto quilombolas. A militância da CPT e das lideranças locais nas décadas de 70 e 80, bem como a aproximação das lideranças locais com os movimentos nacionais e estaduais quilombolas nas décadas de 90 e 2000, resultaram na construção de uma rede de apoio integrada, ativa e participativa.

Ainda nesse contexto, Maria Rosalina dos Santos e Antônio Bispo dos Santos, mestre, intelectual e ativista quilombola, desempenharam papel fundamental. Ambos são representantes da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ) e fazem parte de uma geração que vem fortalecendo a organização quilombola nacional e estadualmente. Unindo esforços com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), fundada em 1995, os dois líderes

⁴ A vida e atuação política de Rosalina foi central no estudo de Carlos Alexandre Plínio dos Santos em sua pesquisa (2006) sobre a Comunidade dos Tapuio. Acerca da trajetória da militante, em 1988 Maria participou de um encontro de coordenação nacional do movimento quilombola, e o autor escreve que “A partir desse encontro Maria do Povo abandonou outras coordenação das quais ainda participava, como a Comunidade Eclesiástica de Base e a coordenação da Pastoral da Juventude, para ficar apenas no Sindicato e trabalhar a conscientização e a organização das comunidades negras. Nos encontros do movimento negro nacional e estadual, Maria do Povo era chamada, e ficou conhecida como Maria Rosalina. Desse momento em diante, por meio das reuniões na comunidade Tapuio que estavam acontecendo desde 1995, a comunidade começou a ter mais consciência de sua origem ligada a escravidão e os direitos das comunidades remanescente de quilombo. Faltava para Maria Rosalina, “passar essa conscientização que tem a comunidade Tapuio para as outras comunidades negras do Piauí”. Nota-se que a memória de origem nesse caso está atrelada à constituição dos direitos. “ (Plínio dos Santos, 2006, p. 188)

quilombolas iniciaram e participaram de uma série de eventos e encontros regionais que promoveram a consciência dos direitos à terra e à identidade quilombola.

Durante a pesquisa, o presidente da associação de moradores da Comunidade Quilombola Sumidouro era Nilson José dos Santos. Ele teve ao longo de sua jornada diversas conexões e compartilhamentos de saberes com os ativistas mencionados nos parágrafos acima. Em uma entrevista ele comenta sobre memórias e impressões de Maria Rosalina, forte liderança do Quilombo Tapuio:

"[...] a primeira pessoa que liderou o movimento no município de Queimada, aqui no estado, foi também uma das fundadoras do sindicato dos trabalhadores rurais, entendeu? Então também de certa forma, o sindicato foi parceiro em termos de organização né, e apoio logístico e jurídico, cedendo espaço para documentação e apoio legal. é isso, eles sempre tiveram como ponto de apoio em relação a isso, porque o público da diretoria também seria (é) o mesmo público que atuava nas comunidades, então não tinha como fugir disso."

Em todas as conversações com Nilson acerca de sua trajetória na militância quilombola, além de seus próprios parentes e dos outros líderes do Sumidouro, Antônio Bispo dos Santos (do Quilombo Saco do Curtume) e Maria Rosalina também estiveram presentes e marcaram esse caminho. Ao falar de sua história, também relata sobre a rede de articulação local que comentamos aqui, pois esses dois caminhos confluem.

"[...] a verdade, veja só, a minha trajetória vem desde quando eu tinha 14 anos de idade. Hoje eu tenho 34. Pode contar daí pra cá que sempre fui envolvido nos movimentos sociais. Comecei a minha trajetória dentro da própria comunidade pela catequese, depois fui para uma equipe de liturgia na comunidade. Depois comecei a militar no Movimento dos Pequenos Agricultores, que era MPAE. Nessa época, minha mãe e meu tio já estavam trabalhando no processo organizacional da comunidade quilombola e daí para cá comecei a me engajar nos movimentos sociais. Em 2008, assumi a direção da associação e depois me afastei, veio outros assumiram. Novamente, voltou pra mim novamente e agora em 2022 estou entregando para outra pessoa assumir. Em 2009 comecei a entrar no movimento de rádios comunitárias no Brasil. Aí, como o movimento negro tem a Coordenação Nacional, que é a CONAQ, nos estados, cada estado tem sua coordenação. Aqui no Piauí tem a CECOQ, que é a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombola. Passei também a integrar a Coordenação Estadual do Movimento Negro, aí consegui expandir mais um pouco. Não fico mais liderando ou ajudando só na minha comunidade, mas tenho uma expansão com outras comunidades no estado do Piauí acompanhando também nesse processo. (Entrevista com Nilson José dos Santos, Campo etnográfico, 2022)

Paul Little (2018) já havia observado que comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, sertanejas e outras consideradas tradicionais geralmente surgem em contextos de fuga, isolamento e com fortes conexões com a terra. No caso dos quilombos, esses estão fortemente engajados na realização do projeto camponês⁵. E nesse sentido, é muito

⁵ O projeto camponês é um conceito fincado pelo pesquisador Carlos Alexandre Barbosa no livro "Fiéis Descendentes: Redes de Irmandade na Pós-Abolição entre as Comunidades Negras Rurais Sul-Mato-Grossenses", publicado pela editora UnB em 2014. Esse projeto é frequentemente o objetivo das

importante analisar sobre esses territórios observando as minúcias da relação entre o povo e seu território, pensando a bio interatividade e a confluências de sabere

E dessas confluências, surgem os projetos de resistência, partindo de inter relações, vínculos e alianças formados através de um ethos de cuidado e compartilhamento. Ao longo do tempo, essas dinâmicas implicam a construção de redes de resistência coletiva entre as comunidades quilombolas. Nesse estudo, abordo a ideia de rede com base nas noções de redes sociais como estruturas dinâmicas, não hierárquicas, constantemente interativas, e permeadas por algum tipo de interesse comum, como recursos, informações ou solidariedade, conforme as leituras de Lemieux (1999) e Musso (2004). O próprio Quilombo pode ser visto como a criação de uma rede entre um grupo de ex-escravizados, ou não, que formam as atuais comunidades negras rurais quilombolas.

A formação de redes sociais desse tipo já foi observada em pesquisas anteriores, como o estudo sobre redes de irmandade no pós-abolição entre comunidades negras rurais no sul de Mato Grosso, fiéis descendentes de Carlos Alexandre Plínio dos Santos. Tecidas por laços de união entre diversas pessoas de diferentes gerações, famílias e às vezes locais, essas redes sociais (que aqui adjetivo como “articulação quilombola local”) se mobilizam para o desenvolvimento de projetos comuns (camponês, por exemplo) e defesa dos direitos quilombolas. Como na “rede-irmandade” teorizada pelo professor doutor Carlos Alexandre, a concepção de rede que apresento sobre a rede de articulação quilombola se forma em estruturas abertas e expansíveis, onde membros compartilham códigos comuns. A rede também se faz em uma estrutura informal que conecta grupos de indivíduos baseados no conceito de “interesse”, conforme a noção de Radcliffe Brown (1973).

comunidades negras rurais ou urbanas quilombolas. A ideia do projeto camponês elabora novamente o sentido de terra, família e trabalho, como pontuado por Klaas Woortmann (1990). O projeto, além de garantir a reprodução social, é essencial para a manutenção dos habitus camponeses que orientam práticas não só individuais, mas também coletivas, impulsionando a conformidade de práticas e constância ao longo do tempo. Nos estudos antropológicos de campesinato, é imprescindível buscar observar a questão do projeto camponês, bem como suas especificidades locais. Esse “projeto” exterioriza uma série de práticas e valores interiorizadas pelo indivíduo no sentido de habitus (Plínio dos Santos, 2014). Sobre isso o autor comenta: “O “projeto camponês”, enquanto habitus, é a exterioridade interiorizada pelo indivíduo, ele é formado durante o processo de socialização do indivíduo (relacionamento familiar, educação inicial, escola, religião, trabalho) (BOURDIEU, 1983). O habitus é um sistema de arranjos socialmente instituído, sendo assim é uma “estrutura estruturada”. Como é também “estruturante”, pois é por meio do habitus que os indivíduos são informados, ainda que inconscientemente, a respeito dos princípios que originam e organizam tanto as práticas quanto as representações sociais (BOURDIEU, 1995; 2004). O habitus “orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação, contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância através do tempo.” (MARTINS, 1987: 40). Nesse sentido, a formação e manutenção do habitus (“projeto camponês”) tornam-se assim essenciais no processo de reprodução social do camponês.” (Plínio dos Santos, 2014, p. 51).

Mas em contraste com as redes de irmandade observadas entre as comunidades negras rurais no sul do Mato Grosso, proponho a ideia de redes de solidariedade que se conectam não somente entre grupos familiares, mas também através de outras relações sociais estabelecidas em certas bases comuns e/ou complementares. Nesse sentido, o capital social é proveniente das interações e relações estabelecidas entre as comunidades quilombolas e as organizações mobilizadas pelas mesmas. Para Bourdieu (1980), o capital social é um conjunto de recursos relacionado à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de reconhecimento e interconhecimento (Plínio dos Santos, 2014, p. 344). A troca de capital social ocorre pela expansão das redes que se formam e se mobilizam através da construção de laços sociais de reciprocidade, confiança e laços afetivos envoltos numa ética de cuidado.

3. Atuação da rede: entre conflitos, negociações e ações mitigatórias

Como consequência de todas essas movimentações políticas e institucionais entre comunidade, lideranças e movimento quilombola, a Comunidade Negra Rural Quilombola Sumidouro conseguiu se autoidentificar junto à Fundação Palmares em 2004, no dia 1º de março. Publicada no Diário da União dia 4 de março de 2004, a conquista da certificação de autodefinição foi uma vitória na história desse território. E nesse mesmo ano se iniciou o processo de solicitação da titulação da terra no INCRA. Apesar de tudo ter se iniciado formalmente em 2004, só em 2016 o INCRA recomendou a titulação da terra, quando a comunidade encaminhou o Relatório Agroambiental e Fundiário do Território Quilombola Sumidouro para a Procuradoria do órgão, comprovando possuir um território tradicional de 932,1131 hectares. Anos depois, somente em maio de 2023, houve a publicação da portaria nº 91.18, e no mês de novembro de 2023 a comunidade recebeu o documento de titulação do território.

A população do Sumidouro também se mobilizou e fundou nos anos 2000 a Associação de Desenvolvimento Quilombola da Comunidade Sumidouro (ADQCS), uma forte e integradora entidade representativa, que também acolheu a realização dessa pesquisa. Essa jornada de buscar a efetivação dos seus direitos enquanto quilombolas, por meio de reconhecimentos legais do estado acerca de identidade, território e territorialidade, expressa uma importante atuação da rede de articulação quilombola que essa pesquisa vem observar. Pois a rede de articulação é mobilizadora de acesso à políticas públicas e busca a garantia dos direitos territoriais. E se observarmos o histórico dos direitos dos povos quilombolas no Brasil, veremos que foi só na década de 1980, com a “Constituição Cidadã”, que o Estado

reconheceu as demandas quilombolas. Estas eram pautadas em reivindicações políticas que esses grupos vinham construindo desde os períodos coloniais da História brasileira. Nesta, mesmo após a abolição em 1888, as populações negras continuaram sendo afetadas pela colonialidade nas relações entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, a promulgação da Constituição Federal de 1988 conferiu reconhecimento e regulamentação dos direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estivessem ocupando suas terras, bem como garantiu a titulação efetiva pelo Estado. É exemplo dessa norma o texto proposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que enuncia (Art. 68, ADCT): “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Apesar da disposição em lei e das conquistas do movimento quilombola, ainda fica evidente que as narrativas tradicionais sobre a história do Brasil (e nesse caso específico do Piauí) são carregadas do apagamento da narrativa de presença negra no estado, e contribuem para uma “história desracializada” (Gomes, 2018), que invisibiliza a agência política das comunidades remanescentes de quilombo. O aparato estatal e as lógicas empresariais ainda resistem em reconhecer que as territorialidades dos povos tradicionais são resultantes de um processo sócio-histórico diverso, que, conforme Paul Little (2018), são marcados pelo “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (Little, 2018, p. 253).

Pensando no contexto do Piauí dentro da região semiárida, Antônio Bispo dos Santos já observava o estado do Piauí enquanto uma localidade que fortemente se mobilizou e buscou resistir às contrapartidas desses tipos de empreendimentos; justamente por ser um estado com forte presença negra e quilombola. Em 2015, o autor já expunha projetos de megaempreendimento no estado:

“[...] cinco hidrelétricas no Rio Parnaíba; instalação do Polo Industrial da Suzano Celulose; exploração de minério por grandes mineradoras como a Vale, GME4/Bemisa e outras; monocultura irrigada de cana de açúcar, soja, fruticulturas etc. Sendo esse processo chamado de última fronteira agrícola dos cerrados...” (Santos, 2015, p. 35).

Notamos que as realizações desenvolvimentistas do estado piauiense, como parte quase intrínseca aos modos de desenvolvimentismo moderno, partem de um discurso de desenvolvimento econômico (Gomes, 2018). Contudo, na premissa de proporcionar aberturas

e oportunidades, geração de empregos etc, acabam trazendo junto um impacto à população pertencente ao território tradicional da CRQ, que tem de estar se adaptando e reinventando diante novos desafios. Esta tensão faz parte, num contexto geral, das disputas e lutas seculares pelos territórios quilombolas, que constantemente são alvo do ataque de grileiros, latifundiários e mais recentemente tem sido ameaçada com a implementação de grandes empreendimentos (Gomes, 2018). Essas ameaças constituem a causa do esforço secular dos quilombolas em efetivar seu acesso à terra (Lima, 2015). Rodrigo Portela Gomes, pesquisador piauiense, analisa o fenômeno e ressalta:

[...] os quilombos não são apenas um movimento de luta pela terra –sistematicamente silenciado por narrativas predominantes sobre a história de luta pela terra no país –, mas um movimento que pode informar sobre o próprio conteúdo do direito à propriedade da terra no Brasil, tendo em vista que carregam em si a luta pela efetivação desse direito, por conseguinte, têm empregado disputas e negociações sobre o seu conteúdo. (Gomes, 2018, p. 23)

Dentre essas negociações, observamos conjuntamente as engrenagens do racismo institucional atuando de forma difusa no funcionamento de instituições e organizações, excedendo as relações interpessoais e instaurando-se também no cotidiano institucional (Silva et al., apud López, 2012). O racismo institucional afeta também a implementação efetiva de políticas públicas, processamentos e legalidades, gerando desigualdades. Observaremos diversos atravessamentos dessa dimensão institucional ao investigar os conflitos da comunidade.

Compartilhando essa história, Nilson José dos Santos, uma das principais lideranças jovens da comunidade, em uma entrevista, faz o esforço de recapitular parte da jornada de conflitos de sua comunidade com empresas ou com “o município”. É relatado que o primeiro conflito da região se relacionou com a seca e a escassez de água na região semiárida, que esbarrou na ganância da gestão do município em meados da década de 70.

Somos riquíssimos em questão hídrica, temos água e água doce disponível. Quando se trata de água, no entanto, já sofremos muita pressão antes, porque a cidade de Queimada Nova não tinha um sistema de distribuição de água até certos anos atrás, e a comunidade era quem abastecia a cidade, aí o poder público tinha como se fosse “uma área comum”, e a demanda sugava a água e agente ficava em falta. Eles considerava nossa comunidade uma área comum, o que muitas vezes sugava nossa água, e os moradores ficavam sem água por um bom tempo, devido à alta demanda. Isso gerou o primeiro conflito que enfrentamos na comunidade.

Essa questão reflete a forma como a gestão municipal não só ignorou a autonomia da comunidade sobre seus recursos hídricos, mas demonstrou negligência e falta de respeito pelos direitos e bem-estar da população quilombola. Tal atitude do poder público também evidencia o desrespeito à autodeterminação, ao considerarem um território tradicional como “área comum”. Tal problemática se relaciona com outro conflito mencionado pelos

moradores do quilombo durante o campo etnográfico, onde tanto os mais novos quanto os mais velhos compartilharam relatos sobre as tentativas de empresas de minerar o território, pois a CRQ está situada numa área rica em minério quartzito.

Nesse contexto, diversas licenças para exploração da área foram solicitadas, e o direito à notificação dessas solicitações não foi respeitado. A comunidade foi subnotificada e quase não teve tempo de recorrer contra a solicitação de exploração dessa rocha metamórfica composta principalmente por quartzo, muito utilizada na construção civil.

Também houve a fase dos empreendimentos, aproximadamente em 2017, quando as primeiras empresas de energia eólica e solar passaram a se instalar próximo a Queimada Nova, junto ao projeto do Parque Eólico Lagoa dos Ventos. A partir desses processos, em 2021, já haviam quatro empresas que requeriam ou estavam requerendo de alguma forma o uso do território. A comunidade, que já estava com o processo de regularização fundiária em etapa de finalização no INCRA, lidou com a solicitação de licenças das empresas para diversos fins: instalação de torres de energia, linhas de transmissão, aerogeradores e construção de estradas próximas ou dentro do território.

Para exemplificar a relação dos impactos dos empreendimentos com o quilombo, recorri à análise de alguns estudos do componente quilombola (ECQ) desenvolvidos pelas empresas de consultoria contratadas. Mencionarei o ECQ⁶ produzido para a empresa Neoenergia, feito pela Ecology Brasil. Ele se refere à linha de transmissão LT 500kV Oitis 1, e nesse estudo já constam diversos impactos socioambientais que devemos considerar.

Dentre os impactos mencionados, destaco os da fase de implantação e operação, que incluem mudança na paisagem e na qualidade ambiental. Tudo isso ocorre dentro da “serrinha”, uma localidade interna do quilombo e uma área de alto valor produtivo, simbólico e afetivo. Também é notada a sobrecarga dos serviços públicos e maior pressão sobre recursos hídricos locais, compostos por rios intermitentes, aquíferos e tecnologias sociais voltadas à agricultura, como cisternas, poços artesianos, caixas d’água comunitárias, açudes e outros, que se abastecem na época de cheia, geralmente de dezembro a março.

Variando desde a perda da biomassa até a vulnerabilização da comunidade e o aumento do medo da violência, venda de roças, esses conflitos podem intensificar até a criação de novos conflitos fundiários, pois isso resultaria do possível aumento da demanda por terras na região e pressão sobre a terra disponível.

Como consequência dos impactos, o estudo analisado também aponta que esses afetam a qualidade de vida da comunidade, seu sistema cultural, simbólico, territorial e

6

ambiental, além de gerar mudanças nas relações econômicas traçadas dentro ou fora da comunidade. Diante de todos esses fatores que vulnerabilizam a população, Nilson José dos Santos comenta:

O Quilombo Sumidouro, a minha comunidade, está no meio do fogo cruzado, porque existe uma subestação gigante acima do Quilombo e outra abaixo, próxima à cidade, e os aerogeradores estão todos acima, então a energia que é gerada está sendo transportada em linhas de transmissão, que passa afetando a gente. Tem uma linha de transmissão em negociação que está passando a apenas 30 metros do limite do nosso território, praticamente dentro né? e isso nos preocupa.”

Ao partir para um segundo ponto e analisar as linhas de ação ou propostas feitas visando à mitigação dos impactos negativos do empreendimento na comunidade, torna-se evidente a intenção do negócio de implementar atividades educativas e sociais. Não que o valor dessas propostas seja pouco, mas acabam sendo deslocadas quando se trata de impactos numa comunidade que ainda enfrenta dificuldades de acesso a recursos básicos como água encanada, esgoto e saneamento.

Nesse sentido, a atuação da rede de articulação quilombola nessas negociações desempenhou um papel crucial ao preencher lacunas, expor necessidades e negociar demandas mais próximas da realidade. Nesse redesenho de propostas, a rede local foi capaz de acordar propostas que visavam à melhoria da qualidade de vida da população e também à proteção de suas formas de vida. Para isso, foram mobilizadas pessoas que representam importantes nós que dão coesão e sustentam a rede. Esses ativistas e líderes comunitários, como Maria Rosalina, Edson Torres, Antônio Bispo dos Santos, Nilson José dos Santos, entre outros, se faziam presentes nas reuniões e tinham o objetivo de analisar as propostas, os impactos e as medidas de mitigação, decididos firmemente a não aceitar propostas que não atendessem às demandas sociais postas pela CRQ Sumidouro.

Observo que nesse processo a rede de articulação propõe também, para além da circularidade dos saberes, informações sobre os direitos quilombolas, e essa rede acaba propondo de maneira contra-colonial uma análise crítica às ações empresariais. Foi muito comentado pela população da comunidade, em entrevistas distintas e em momentos diferentes de campo, que as empresas têm a fama de tentar dissimular e oferecer pouco dentro de suas negociações com comunidades tradicionais. Parece que a lógica empresarial parte do princípio de que os quilombolas não sabem dos direitos que têm, ou não vislumbram mais do que é proposto.

Um exemplo da mobilização da rede para melhoria de qualidade de vida comunitária é que, através de quatro negociações com empresas diferentes, as lideranças locais

negociaram a distribuição de água para quase todas as casas do território e a construção de estruturas diversas que facilitem o uso da terra e também a mobilização cultural na comunidade, feitos nunca antes mobilizados pelo estado.

Com a rede de articulação quilombola, promotora de confluências de saberes, a comunidade conseguiu ir além da mitigação de certos impactos e buscou incentivar o desenvolvimento social dentro da comunidade, bem como elevar a qualidade de vida da população e seu acesso à informação.

Considerações Finais

Durante a pesquisa, analisando relatos em entrevistas durante o campo etnográfico, nota-se constância entre os relatos dos moradores, que propiciaram a identificação de parte da trajetória de lutas e conflitos da Comunidade Negra Rural Sumidouro, desde os tempos mais antigos até agora. A história das últimas duas décadas da Sumidouro conta também sobre as conquistas e mobilizações político-sociais-ambientais provenientes do compartilhamento de saberes que se deu entre comunidades e lideranças vizinhas locais. Entre estas, destaca-se o Quilombo Tapuio, mas os compartilhamentos são diversos entre territórios, lideranças, militantes do movimento quilombola e parceiros, o que aponta o aspecto multidimensional e multi local de uma rede de articulação quilombola local. Refiro-me a um fluxo constante de compartilhamentos entre: a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) e a associação quilombola; entre CRQs de outros estados com as CRQs piauienses; de CRQs locais (“municipais”) trocando entre si e com outras CRQs do estado; da rede de articulação com as empresas; da rede quilombola e o Estado; a troca entre CECOQ e CONAQ; dentre diversos outros arranjos.

As interações sociais que acontecem entre esta rede de articulação local são assim como nas redes de irmandade (Plínio dos Santos, 2014), marcadas pela dinâmica do capital social, que interliga os participantes da rede. Esta se estreita a partir das mobilizações de interesse (Radcliffe-Brown, 1973) relacionados à proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos que vivem no território, bem como à garantia do território tradicional e a reafirmação e valorização da identidade quilombola. Esta é permeada também por um ethos não cartesiano, expresso pela vivência e apreciação da circularidade de saberes e compartilhamentos intergeracionais que dão continuidade à comunidade na luta comunitária campesina. Essa identidade renova as redes de articulação mencionadas aqui, na medida em que as novas gerações se reúnem com os mais velhos para aprender sobre a luta de seus

antepassados, e através desse ato, ativam também a rede de outros quilombos, expandindo exponencialmente as trocas de saberes e estratégias de combate às invasões territoriais por empresas ou pelo Estado.

Ao analisar o choque entre 4 empreendimentos de energia e a CRQ Sumidouro, construímos também análises e críticas acerca do atual modelo econômico; assim como buscamos refletir, aprender e elaborar estratégias de integração e também de resistência à violações de direitos no contexto de tamanhas mudanças. Os antropólogos e cientistas sociais, ao produzirem seus trabalhos devem buscar construir uma nova e mais plural episteme, que encontre nesta uma diversidade de saberes. Muitos desses saberes partem dos mestres, dos mais velhos e dos mais novos. Esse saber é um caminho de inspiração para nossa existência, pois diz respeito a outros exemplos e dinâmicas que se desenrolam em territórios tradicionais no Brasil, através da vida de populações que estabelecem relações alternativas com seus espaços e natureza.

Reconhecer e valorizar essas trajetórias é fundamental para compreender a contínua mobilização quilombola no estado do Piauí. Em meio às intensas transformações, a CRQ Sumidouro encontrou no aquilombamento, nas éticas comunitárias e nas articulações em rede, fontes de aprendizado. Assim, conseguiram coletivamente articular as demandas da comunidade nas negociações com as empresas que intervieram no território. Essas ações foram embasadas em esforços voltados para uma melhor compreensão e apropriação da linguagem jurídica e burocrática, demonstrando algumas estratégias do movimento quilombola piauiense nas mobilizações políticas e sociais diante dos desafios da transição energética, apresentados em forma de transformações dentro dos territórios.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRONZ, Deborah. "O Estado não sou eu'. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais". *CAMPOS-Revista de Antropologia Social*, v. 14, n. 1/2, p. 37-55, 2013.

BRONZ, Débora. Desafios para a Garantia dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. In: ZHOURI, Andréa; FRANÇA, Matheus (org.). *120 dias de*

reconstrução: democracia, políticas sociais e territoriais no Brasil. Brasília: ABA Publicações, 2024.

ECOLOGY BRASIL. Estudo do Componente Quilombola (ECQ) da Linha De Transmissão 500 Kv Oitis. Neo Energia. Queimada Nova (Pi), Junho de 2020.

GOMES, Rodrigo Portela. *Quilombos, Constitucionalismo e Racismo: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí*. Piauí: Editora Universitária, 2018.

LITTLE, Paul E. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NABUCO DA FONSECA, Clara; FORTES DO ESPÍRITO SANTO, Isadora. "Teias de cuidado e articulações políticas quilombolas no contexto da covid-19: refletindo com a comunidade quilombola Sumidouro". *Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica*, v. 24, n. 1, p. 131–161, 2024. DOI: 10.26512/interethnica.v24i1.54427. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/54427>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NASCIMENTO, Rosânia Oliveira do. "*A Torrinha acordou pra luta*": a comunidade quilombola Torrinha-BA frente ao racismo estrutural no acesso à propriedade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RIBEIRO, Gustavo L. "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, p. 109-125, 2008.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. Direitos quilombolas: Trinta anos de um ato constitucional. In: Lídia de Oliveira Xavier; Carlos F. Dominguez Avila; Vicente Fonseca. (Org.). *Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil: estudos interdisciplinares*. Ied.Curitiba: CRV, 2018.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Fiéis descendentes – Redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2014.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Quilombo Tapuio (PI)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2ª ed. Brasília: Ayô, 2019.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. "Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra". *Revista Espacialidades*, v. 6, n. 5, 2013.

SOUSA, Ângela Núbia Carvalho. "Piauí é 3º do Brasil na produção de energias renováveis". Site da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, publicado em 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/radio/noticias-radio/piaui-e-3deg-do-brasil-na-producao-de-energias-renovaveis>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de (Org.). *Desenvolvimento, conhecimentos tradicionais e direitos humanos: populações tradicionais e quilombolas do Estado do Piauí e a defesa do meio socioambiental*. Teresina: EDUFPI, 2015.

SCOTT, Russell Parry. "Projetos de desenvolvimento no Rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades". *Campos - Revista de Antropologia*, v. 14, n. 1/2, p. 15-36, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42570>. Acesso em: 10 jul. 2024.